

Comentário a Matilde Gonçalves e Camile Tanto: Sobre Complexidade

José Pinto de Lima

Universidade de Lisboa

Introdução

0. Os textos de Matilde Gonçalves e de Camile Tanto são, por um lado, a aplicação de teorias a casos de comunicação, mas, por outro, são também discursos em que se expõem e discutem fragmentos dessas teorias que levantam questões muito interessantes, que estão em discussão na linguística atual. Tendo-me sido pedidos comentários, decidi-me então (após ter procurado a anuência das autoras) a tomar a palavra "comentários" num sentido muito aberto. O que segue não são portanto avaliações críticas de pontos específicos dos textos, mas antes considerações suscitadas pela leitura que deles fiz, leitura pela qual extraí um conceito seminal que nos textos é referido e sobre o qual discorrerei um pouco, na esperança de que esse discorrer possa motivar em quem o lê alguma interrogação e vontade de futura investigação. O conceito que tenho em mente é o de *complexidade*, diretamente referido por Matilde Gonçalves, mas também não alheio ao texto de Camile Tanto, já que remete para a complexidade das relações entre género (salmo) e exemplar, que é um caso particular das que se verificam entre tipo e *token*.

1. Complexidade do enquadramento conceptual e complexidade do objeto.

Quando em relação ao trabalho científico se fala em *complexidade*, há que notar que duas realidades distintas podem estar em jogo: pode estar a falar-se da *complexidade do enquadramento conceptual*, i.e. da complexidade das teorias empregues para analisar um dado objeto, ou pode estar a referir-se a *complexidade do próprio objeto*. As duas complexidades parecem indissociáveis. Vejamos:

(i) O *incremento na complexidade do enquadramento conceptual* é indissociável de um *incremento na complexidade do objeto*. Um enquadramento conceptual complexo debruça-se sobre o objeto sob diversos ângulos, disseca-o e analisa-o de múltiplas formas, o que leva a nomear múltiplas partes nesse objeto, bem como a identificar diversas relações entre elas. Deste modo, *o próprio objeto torna-se mais complexo*, deixando de poder ser encarado com um olhar ingénuo.

(ii) O *incremento na complexidade do objeto* é indissociável de um *incremento na complexidade do enquadramento concetual*. Quando se reconhece que um objeto é mais complexo do que era até então admitido, esse reconhecimento implica

necessariamente uma mudança no nosso discurso sobre o objeto: esse discurso torna-se mais rico. Esta maior riqueza do discurso sobre o objeto não pode equivaler senão a uma nova e mais complexa forma de o descrever e explicar, ou seja, estamos perante um incremento na complexidade do enquadramento concetual.

Quando falamos de um *paradigma da complexidade*, estamos a pensar fundamentalmente na *complexidade do enquadramento concetual e teórico*. Assim, a ultrapassagem dos três princípios do paradigma da simplicidade de Edgar Morin (princípio da generalidade, princípio da redução e princípio da disjunção) é a ultrapassagem de uma certa conceção de ciência. Ao paradigma de que aqui se fala não é alheio o conceito fundamental de Thomas Kuhn na sua obra de 1962, *The Structure of Scientific Revolutions* (Kuhn, 1962). A ideia de paradigma em Kuhn era uma ideia sólida e bem fundamentada da filosofia da ciência, que pressupunha fortes restrições ao uso da palavra "paradigma". No âmbito da atividade científica, só merecia ser considerada uma *mudança de paradigma* aquela que correspondesse a profundas alterações de método, de enquadramento concetual e, digamos, de visão do mundo, que levasse a uma incomensurabilidade entre as teorias anteriores e as posteriores à mudança. Por exemplo: a passagem da física de Newton à física de Einstein. Aconteceu contudo com o conceito de paradigma o que tantas vezes

acontece com conceitos saídos das ciências: por ser frequentemente usado, foi "abusado", i.e. alargado de tal forma que hoje qualquer pequena inovação ou proposta, mesmo em campos de atividade alheios à atividade científica, é imediatamente apelidada de 'mudança de paradigma'. Causou-se assim um esvaziamento do conceito.

Se respeitarmos o conceito na sua origem, haverá muitas mudanças teóricas a que nos absteremos de chamar mudanças de *paradigma*. Tal não invalida porém que muitas dessas mudanças não sejam importantíssimas e como tal dignas de registo e reflexão. Em linguística, por exemplo, é duvidoso que as alterações metodológicas e concetuais que separam estruturalismo, gramática generativa e gramáticas construcionais possam ser consideradas mudanças de paradigma. Quanto mais não seja porque o conceito kuhniano implicava a incomensurabilidade entre dois paradigmas e nós podemos legitimamente perguntar-nos se essa condição se verifica entre as correntes linguísticas referidas.

Seja como for, é indubitável que, entre várias das correntes e conceções linguísticas surgidas ao longo dos últimos quarenta ou cinquenta anos, as diferenças são de grande impacto, merecendo que nos debrucemos, se não sobre o conceito de paradigma, pelo menos sobre o conceito de *mudança concetual ou teórica*. Notemos, por exemplo, que as mudanças concetuais

são muitas vezes precedidas pelo reconhecimento, por parte do investigador, de que certas propriedades do objeto em análise não se deixam captar bem com a conceção metodológica anterior. Os exemplos são múltiplos em linguística:

(i) nos seus primórdios, a gramática generativa notava que faltava ao estruturalismo a ideia de um algoritmo, de um corpo de regras, capaz de gerar e descrever sistematicamente as frases de uma língua;

(ii) as atuais gramáticas construcionais, por seu turno, pretendem que as gramáticas anteriores não fazem jus ao carácter fluído, em constante mudança, das estruturas gramaticais, e propõem representações nas quais categorias muito abstratas estão presentes a par de categorias locais, que incluem apenas poucos itens (vejam-se, entre outros, os estudos sobre valências e alternâncias verbais na sequência do trabalho de Beth Levin (1993) ou a defesa por Joan Bybee (2010) da pertinência de "representações exemplares", i.e. representações em que unidades concretas ou categorias restritas ocorrem a par de categorias abstratas);

(iii) a semântica lexical viu-se "revolucionada" quando se reconheceu a rigidez da análise por traços semânticos agrupados em feixes de condições necessárias e suficientes e se introduziram as ideias de protótipo e de vaguidade;

(iv) etc...

Em todos estes casos, parece ter havido uma relação indestrinçável entre *enquadramento concetual* e *objeto*. Pode-se sempre perguntar: foi o novo enquadramento que levou a conceber o objeto como diferente do que até então assumido? Ou, pelo contrário, foi o reconhecimento de que o objeto era diferente do assumido que levou a uma mudança de enquadramento concetual? Aplicado, por exemplo, à semântica lexical, o problema é saber se foi a adoção de uma semântica prototípica que levou a uma nova forma de encarar o significado lexical, ou se foi o reconhecimento da existência de vaguidade e de gradação nos significados que levou à adoção da semântica prototípica. E a resposta é que a relação entre *enquadramento concetual* e *objeto* é de tal forma *dialógica* que parece ficar indefinida a direção da mudança concetual:

Mudámos o conceito e por isso o objeto parece ter-se alterado?

Ou mudou o objeto - tornou-se mais complexo - e isso exige outro conceito?

Provavelmente existem na história do conhecimento científico, e especificamente na história da linguística, desenvolvimentos em ambas as direções, mas o que deve ser frisado é que nunca *conceito* e *objeto* se apresentam dissociados.

2. Áreas de reconhecimento da complexidade em linguística. Complexidade do enquadramento concetual e complexidade do objeto.

Irei seguidamente comentar dois casos no âmbito da linguística em que a ideia de *complexidade* é pertinente. Comum a ambos é o reconhecimento de que o objeto da linguística é complexo. Mas enquanto o primeiro caso diz mais respeito a uma *modificação do enquadramento concetual motivada pelo reconhecimento da complexidade do objeto*, o segundo caso tem a ver com o próprio conceito de *complexidade do objeto* da linguística, nomeadamente com a questão de saber se há diferenças de complexidade entre as línguas e como avaliá-las.

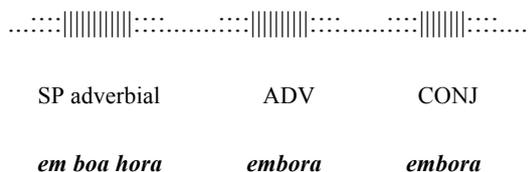
(A) Começemos com o caso respeitante a uma *modificação do enquadramento concetual*. Trata-se de um desenvolvimento recente que surgiu como resultado do reconhecimento da dificuldade que a linguística tem tido em descrever certos fenómenos gramaticais. De facto, a gramática de uma língua, no sentido do conjunto de unidades e de regras que constituem a competência de um falante/ouvinte dessa língua, tem sido muitas vezes concebida como um objeto bem delimitado, para o qual existe uma descrição completa, a que os linguistas podem almejar. Contudo, a complexidade e a fugacidade do objeto dá a supor que a gramática da língua deveria ser concebida antes como um objeto em constante construção. Na realidade, é

hoje bem claro que as grandes categorias gramaticais - como SN, SV, Sujeito, Paciente, voz passiva, etc. - não têm limites fáceis de traçar. Dir-se-ia antes que cada uma delas representa um feixe de traços centrais, os quais muitas unidades linguísticas apresentam, mas que outras só parcialmente possuem. Há aqui portanto casos centrais e periféricos de categorização. Como consequência, a pertença de uma unidade a uma categoria não é imutável, dada de uma vez por todas, mas vai sim variando com a passagem do tempo. Desta forma, como é sabido dos estudos de gramaticalização e lexicalização, uma unidade linguística mudará de categoria ao longo da linha diacrónica, passando, por exemplo, de sintagma adverbial a advérbio e seguidamente a conjunção. Assim, se observarmos uma unidade ao longo do tempo, a pertença plena dessa unidade a uma categoria corresponde a uma zona temporal em que ela apresenta todos os traços da categoria. Podemos chamar a esta zona, *zona de saturação*. Existe um tempo anterior à zona de saturação, ao longo do qual a unidade vai adquirindo progressivamente os traços da categoria, e existe um tempo posterior à zona de saturação, em que a unidade vai perdendo propriedades dessa categoria e vai ganhando propriedades de uma próxima categoria. Esta mudança está representada no esquema seguinte

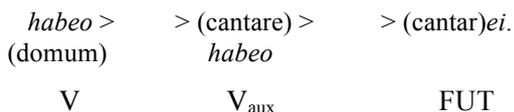


A B C

em que A, B e C são zonas de saturação e entre elas temos tempos de mudança de categoria. O diagrama serve portanto para a representação da mudança sofrida, ao longo da história do Português, pelo sintagma preposicional adverbial *em boa hora*, que originou o advérbio *embora* e mais tarde a atual conjunção adversativa *embora* (ver Pinto de Lima: 1997; a publicar):



Do mesmo modo, poderemos representar qualquer mudança, como a paradigmática passagem do *verbo pleno* latino *habere* para o *verbo auxiliar de tempo habere* e depois para *afixo de tempo futuro*:



O que isto significa é que, se quisermos descrever a gramática de uma língua tal como ela se encontra num dado momento da sua evolução, não poderemos apenas fazer uso de construções constituídas apenas por categorias abstratas, cada uma das quais contendo um número bem definido de unidades, mas deveremos sim admitir construções com diferentes níveis de abstração: algumas serão puramente abstratas, mas outras poderão incluir categorias mais localizadas (com menos unidades) e inclusive outras poderão

mesmo incluir exemplares, i.e. unidades concretas. É o que defende Joan Bybee (2010), de quem adaptaremos um exemplo. Partamos de uma frase como

1) What are you doing here?

trata-se de uma frase regular, i.e. prevista pelas regras da língua. Contudo, a par de frases deste tipo, encontramos ocorrências daquilo a que Bybee chama, baseando-se em Fillmore/ Kay (1999), a construção *What is X doing Y?*, que está exemplificada na frase seguinte:

2) What are you doing with that knife?

Em Inglês atual (2) é ambígua pois, para além do significado literal, pode ser usada para significar "Porque é que estás com essa faca?". A possibilidade deste novo significado de tipo causal (que justifica que se fale da existência de uma construção autónoma *What is X doing Y?*) é o resultado de uma longa história de uso de frases deste tipo, em que frequentemente existe uma implicatura de perguntar pela causa ("porquê?") da ação designada pelo verbo. Ou seja, ao dizer uma frase como (2), o falante estava a dar a entender que a situação era anómala e queria saber a razão de o interlocutor ter uma faca na mão. A longo prazo, esta implicatura passa de conversacional a convencional, mas apenas para esta construção restrita, e a construção torna-se uma forma convencional de interrogação com certos pressupostos (como, por exemplo, que a situação referida

é anômala). Desta forma, encontramos hoje frases como a seguinte, que já não admitem a interpretação literal:

3) What is that fly doing in my soup?

(Bybee, 2010, 28-30)

Reconhece-se assim forma que a gramática não é só o campo das categorias gerais, mas deve sim descrever a realidade de constante mudança em que a língua se encontra, sendo uma forma privilegiada de o fazer a admissão da existência de construções. Segundo Bybee (2010; 25-31, 76-81), as construções apresentam partes esquemáticas e elementos fixos. Na construção

What BE subject doing Y?

temos que 'BE', 'subject' e Y são partes esquemáticas, enquanto What e doing são elementos fixos. As partes esquemáticas representam categorias e estão por uma série de tokens linguísticos (no caso de BE, por exemplo, as formas do verbo). Temos assim uma estrutura mista, nem absolutamente abstrata nem completamente fixa (este último seria um caso de idiomatismo total). Bybee admite que toda a língua possa ser descrita, e explicada, em termos de construções. Numa gramática de construções não haverá a divisão, até certo ponto arbitrária, entre estruturas sintáticas produtivas (esquemáticas) por um lado e unidades idiomáticas (fixas) por outro, mas antes todas as construções apresentarão diferentes graus de esquematicidade vs. fixidez. Colocar as

construções no centro da descrição linguística é também um passo importante para dar conta de fenômenos que de outro modo só seriam explicáveis por postulações ad hoc (de significados, por ex.), como por exemplo a existência de frases como (4), comentada em Goldberg (1995; 3, 9):

4) He sneezed the napkin off the table

Esta frase resulta da confluência de uma construção de verbo tipicamente intransitivo (sneeze) com uma construção, a que se pode chamar construção de movimento causado ("caused motion construction"), exemplificável por frases como:

5) Pat threw the metal off the table

6) Joe kicked the bottle into the yard

As construções devem ser concebidas como capazes de fornecer novos argumentos sintáticos: neste caso, a construção de movimento causado forneceu novos argumentos ao verbo sneeze (ver Goldberg, 1995: 3-4, 9-13, 81, 90).

O ponto importante a reter aqui é que uma gramática baseada em construções parece acomodar melhor que outras a realidade mutável que é a língua, em que as categorias e estruturas são zonas de saturação, mas passageiras, sempre substituíveis por novas, resultantes da interação constante, na prática da fala, entre tipos e 'tokens', entre regras e desvios, entre membros e categorias.

(B) Chegamos agora ao caso, acima prometido, de uma complexidade que diz

respeito ao objeto. Trata-se da complexidade das línguas. Até há pouco tempo, não era assunto que merecesse a atenção dos linguistas, por uma razão simples: admitia-se tacitamente que todos estariam de acordo em que não haveria línguas com diferentes graus de complexidade. Contudo, nos últimos anos, a questão tem sido colocada: o interesse pela complexidade reflete certamente a situação dos últimos vinte anos nas ciências físicas e naturais, áreas em que tem havido um grande incremento na investigação dos fenômenos complexos. Mas a razão principal do interesse pela complexidade em linguística tem sido sem dúvida a investigação ultimamente realizada sobre crioulos e pidgins. Não é por acaso que um dos principais linguistas a investigar a complexidade é John McWhorter, um especialista em crioulos (ver McWhorter, 2001).

Os crioulos têm sido considerados línguas com pouca estrutura gramatical, de modo que é plausível pôr-se a questão de saber se não serão menos complexas. Além disso, sendo línguas recentes, também se pode hipotetizar que haverá uma relação entre longevidade das línguas e complexidade das mesmas: quanto mais longa a língua, mais gramática teria 'acumulado' e mais complexa seria. Ora, como nota Elisabete Leiss (2009, 272-273), a ideia da diferente complexidade das línguas não é de agora, mas já tinha sido aventada no século XIX: foi então que surgiu a classificação das

línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais, que era na altura frequentemente interpretada como evidenciando uma escala de crescente complexidade, a que correspondia uma evolução histórica do mais primitivo para o mais perfeito. August Schleicher (1863), por exemplo, concebe que as línguas flexionais representam o ponto máximo da perfeição e que, uma vez atingido este cume, não resta às línguas senão mudarem no sentido da decadência. Para Schleicher, este ponto de perfeição teria sido atingido por línguas como o latim, o grego ou o sânscrito, enquanto línguas como o inglês moderno já estariam numa fase de decadência. Segundo Leiss, as ideias de Schleicher encontram paralelo nos atuais linguistas da complexidade, que, segundo ela, revelam a mesma parcialidade e preferência por certas línguas. A autora refere Östen Dahl (2004) como defendendo que as línguas flexionais apresentam o maior grau de complexidade, atingido ao cabo de processos de mudança pelo qual se chega a sistemas maduros e estáveis. Segundo Leiss, as línguas flexionais representariam para Dahl um sistema deste tipo, no que ele estaria em completa sintonia com August Schleicher, que também teria preferido estas línguas, entre as quais incluía a sua língua materna. Pelo contrário, as línguas polissintéticas já seriam para Östen Dahl demasiado complexas para poderem representar uma evolução superior (Leiss, 2009, 272-273). Leiss sublinha assim uma posição que julga comum a Schleicher e a Dahl, e que

considera cientificamente injustificada e até racista: nomeadamente, ambos dão preferência às línguas flexionais sobre as outras, por representarem um ponto alto numa evolução que vai no sentido da maior complexidade.

Leiss recusa portanto a ideia de que pode haver línguas mais complexas do que outras, associando esta ideia a uma outra, que também recusa: a de que em princípio a mudança das línguas no sentido de maior complexidade significaria uma evolução positiva no sentido de línguas preferíveis, ou de alguma forma superiores, a outras. Nisto, Leiss está de acordo com toda a tradição da linguística do século XX, que perentoriamente recusava qualquer veleidade de considerar que uma língua pudesse ser mais complexa do que outra. Contudo, esta afirmação de equivalência entre as línguas era mais um postulado do que outra coisa, pois nunca foi desenvolvida nenhuma argumentação sólida que a baseasse. E é exatamente essa falta de argumentação que se nota em Leiss (2009), pois recusa a tese das diferenças de complexidade, mas não baseia essa recusa. Ora a questão da complexidade não pode ser um tabu, pois todas as ideias merecem ser discutidas, e nessa medida é de saudar a atitude de linguistas, como Östen Dahl, John McWhorter, David Gil e outros, que realizam trabalho sobre a complexidade e propõem hipóteses testáveis.

Todavia, há que alertar para as dificuldades de um trabalho sério sobre a complexidade.

À primeira vista, as diferenças de complexidade entre línguas parecem ser evidentes. É sabido, por exemplo, que os crioulos não apresentam muitas das marcas gramaticais das línguas mais velhas, como as marcas de número, género, de tempos e modos verbais, etc. e isso parece ser um sinal indesmentível de menor complexidade. Para além disso, notam-se entre línguas diferenças na codificação das categorias gramaticais. Por exemplo: o Inglês só tem uma forma de marcar o plural enquanto o Alemão tem cinco; o Inglês não marca os casos nominais (com exceção de uma leve marca de genitivo), enquanto o Alemão marca quatro casos; o Inglês praticamente deixou de marcar o modo conjuntivo, enquanto o Alemão, mas mais ainda o Português e o Espanhol, marcam consistentemente a diferença indicativo/conjuntivo. Todos estes factos parecem indicar que o Inglês é menos complexo que estas outras línguas. Mas, curiosamente, essa putativa menor complexidade não é - como seria de esperar - associada a inferioridade, mas pelo contrário é geralmente tomada como um indício de superioridade do Inglês (porque seria mais fácil de aprender). Isso leva-nos a pensar que, afinal, não é a complexidade por si só que nos interessa medir, mas sim a complexidade relativamente a uma finalidade (por exemplo, a complexidade relativamente às tarefas de produção/compreensão da língua). Ou seja, muitas vezes o que se pretende é uma medida de eficiência da língua. Mas, também aqui, as

respostas não são fáceis. Se, à primeira vista, o Inglês poderia ser considerado gramaticalmente menos complexo e portanto mais eficiente do que outras línguas, não nos esqueçamos de que essa ausência de complexidade acarreta consigo uma impossibilidade de expressão linguística de certas diferenças semânticas, o que diminui o seu grau de eficiência expressiva. Encontramos na gramática do Espanhol de Butt e Benjamin (2011, 266) um exemplo elucidativo. A frase do Inglês

7) he didn't kiss her because he was in love with her

é ambígua, pois tanto pode querer dizer "a razão por que não a beijou foi porque estava apaixonado por ela", como "a razão por que a beijou não foi porque estivesse apaixonado por ela". Ora esta ambiguidade é evitada em Espanhol, pois graças à existência dos modos indicativo e conjuntivo são possíveis duas frases distintas:

8a) no la besó porque estaba enamorado de ella

8b) no la besó porque estuviera/ estuviese enamorado de ella

Temos assim que a maior complexidade do Espanhol tem a vantagem de permitir exprimir linguisticamente uma diferença concetual que no Inglês só pode ser inferida do contexto, ou então expressa por meio de uma longa (e portanto pouco funcional) perífrase. O exemplo mostra-nos que parece

haver uma dupla implicação ('trade-off') entre complexidade e exprimibilidade: quanto maior a complexidade, maior a possibilidade de expressão linguística; por outro lado, menor complexidade implica maior indeterminação e mais recurso ao contexto. Se se verificar que as línguas apresentam esta dupla implicação, então será difícil avaliá-las em termos de eficiência, pois as que tiverem a desvantagem da complexidade, apresentarão a vantagem da exprimibilidade, enquanto as que apresentarem a vantagem da simplicidade apresentarão a desvantagem da maior indeterminação. Mas até que se possam fazer generalizações deste tipo, é preciso primeiro investigar a natureza da própria complexidade, procurando para ela uma definição segura, baseada em critérios e parâmetros explícitos, que reúnam amplo consenso na comunidade científica.

Bibliografia

BUTT, John/ Carmen Benjamin (2011). A New Reference Grammar of Modern Spanish. Oxon: Routledge.

BYBEE, Joan (2010). Language, Usage and Cognition. Cambridge: Cambridge University Press.

DAHL, Östen (2004). The growth and maintenance of linguistic complexity. Amsterdam: Benjamins.

FILLMORE, Charles/ Paul Kay (1999). Grammatical constructions and linguistic

generalizations: the 'What's X doing Y?' construction. *Language*, 75 (1), 1-33.

GOLDBERG, Adele E. (1995). *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

HOCKETT, Charles F. (1958). *A course in modern linguistics*. New York: Macmillan.

KUHN, Thomas (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.

LEISS, Elisabeth (2009). *Sprachphilosophie*. Berlin/ New York: de Gruyter.

LEVIN, Beth (1993). *English Verb Classes and Alternations. A Preliminary Investigation*. Chicago: The University of Chicago Press.

MCWHORTER, John (2001). The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology* 5, 125-166.

MIESTAMO, Matti/ Kaius Sinnemäki/ Fred Karlson (eds.) (2008). *Language complexity. Typology, contact, change*. Amsterdam: John Benjamins.

PINTO DE LIMA, José (1997). Caminhos semântico-pragmáticos da gramaticalização: o caso de embora. *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Orgs. Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Isabel Pires de Lima, Rosa Maria Martelo. Porto: Campo das Letras. 643-655.

PINTO DE LIMA, José (a publicar). *Discurso, construções e modo verbal. Um caso de gramaticalização da concessividade em Português*. Benjamin Meisnitzer/ Elissa Pustka (Hgg.), *Zwischen Sprechen und Sprache / Entre fala e língua (Actas do 9º Congresso Alemão dos Lusitanistas - Secção 10, Universidade de Viena, 14-17 Setembro 2011)*.

SCHLEICHER, August (1863). *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft*. Weimar: Böhlau.